

UMA BOA ALIANÇA

*** Roberto Rodrigues**

Por mais radicais que sejam as atitudes das autoridades investidas da responsabilidade de proteger o meio ambiente, e por mais injustas contra produtores rurais que agem corretamente – e muitas vezes condenados por causa dos incorretos – há uma fraqueza nacional claramente prejudicial à competitividade do agronegócio brasileiro: o desmatamento na Amazônia.

Maior ainda que o fato, a versão nos perturba enormemente. É preciso reconhecer o problema, enfrentá-lo decididamente, e a revisão do Código Florestal abre a oportunidade para esta discussão, que deve ser conduzida sem radicalismos de qualquer matiz.

O tema tem desdobramentos internos e internacionais.

Na área internacional, a referência é a COP 15, que, em dezembro próximo, em Copenhague, definirá os níveis de emissão dos gases de efeito estufa para o mundo do futuro. Precisamos chegar a esta importante conferência com um compromisso firme em relação à Amazônia. No mínimo uma moratória significativa, nos moldes do excelente exemplo da moratória da soja já em vigor. Cresce o movimento pelo desmatamento zero na Amazônia, e até as entidades de representação dos agricultores, como a CNA, apóiam a tese. Outros setores, no entanto, e não agrícolas, têm posição divergente: é o caso dos estudiosos da eletricidade, que dizem ser a Amazônia o grande cenário para hidroelétricas no futuro, o que traria problemas ambientais, na barragem em si ou na transmissão da eletricidade.

Mas não dá mais para ficar jogando o problema para cima. E um ponto é crucial: chega, definitivamente, de desmatamento ilegal.

E, independente dos resultados de Copenhague, precisamos cumprir o que prometemos lá, até para garantir a abertura e o crescimento dos mercados para os produtos brasileiros.

Isso nos leva aos desdobramentos internos, que nos capacitam para liderar a “economia verde” do pós-crise financeira.

Cerca de 14 entidades do nosso agronegócio, entre as quais a ABAG, a ABIOVE, a ÚNICA e a ORPLANA, firmaram uma Aliança Brasileira pelo Clima: Agricultura, Florestas Plantadas, Bioenergia.

É um passo importantíssimo, porque define um posicionamento sobre as mudanças climáticas e cobra ações do governo brasileiro. O documento assinala que o Brasil tem uma matriz energética limpa, com baixíssima contribuição para emissão de GEE, se comparado com os países desenvolvidos.

E, além de estabelecer recomendações ligadas ao regime internacional a ser definido pela COP 15, faz também recomendação para uso nacional, com ênfase para ações do governo brasileiro.

E aqui defende: a forte redução do desmatamento; a formulação de políticas públicas que incentivam a correção das ações pela redução das emissões (prêmios), como tecnologias limpas e renováveis; a implementação de uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, negociações bilaterais com países alinhados ao tema; implementação dos mecanismos de MDL, etc.

Estamos avançando: os sinais da Aliança são alentadores.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**